



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6092 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 20 - Sociologia da Educação

A MERITOCRACIA NO CONTEXTO DO CAPITALISMO PERIFÉRICO: DESAFIOS PARA (RE)PENSAR A EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA

Jose Oto Konzen - UFG - Universidade Federal de Goiás

**A MERITOCRACIA NO CONTEXTO DO CAPITALISMO PERIFÉRICO:
DESAFIOS PARA (RE)PENSAR A EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA
DEMOCRÁTICA**

Uma das características do cenário político e cultural das sociedades periféricas do capitalismo tardio, como a brasileira, diz respeito à desqualificação moral e intelectual de integrantes dos grupos sociais marginalizados, associada à sua inaptidão, incompetência e imprestabilidade para se inserir produtivamente na sociedade competitiva. Trata-se de uma radicalização da ideologia meritocrática, que se apoia em evidências empíricas para desqualificar indivíduos, grupos e formações sociais, cuja estrutura psicossocial é identificada como essencialmente negativa. Essa logicidade coloca em xeque a universalidade subjetiva e a igualdade de oportunidades que fundamentam a cidadania e a justiça liberal burguesa. Compreender as novas formas de dominação e de legitimação da marginalização social constitui um dos requisitos centrais para a reconstrução de perspectivas democráticas e de uma educação emancipatória.

O presente trabalho apresenta resultados da primeira etapa de um projeto de pesquisa dedicado ao estudo da meritocracia na cultura e na educação brasileira, tendo como interlocutor principal Jessé Souza e sua obra. Essa etapa está voltada à apropriação da composição teórica que orienta as pesquisas empíricas realizadas ao longo de duas décadas e publicadas em um conjunto de obras pelo autor, as quais serão objeto de análise da segunda etapa do projeto. Na presente exposição, focamos na obra *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica* (2012), em que o Souza realiza um diálogo crítico com o pensamento social brasileiro e aproxima dois autores de tradições distintas – Charles Taylor (1931 -) e Pierre Bourdieu (1930-2002) – para compor a sua perspectiva interpretativa. Trata-se de um trabalho de natureza conceitual, que problematiza a desqualificação moral e intelectual dos marginalizados e avalia seus impactos políticos e educacionais, buscando entender as razões sociais e psicossociais que condicionam esse “reconhecimento negativo” dos agentes – como o categorizamos ao final – no contexto da sociedade brasileira.

Jessé Souza (1960 -), em *A Construção Social da Subcidadania* (2012), como também em outros trabalhos (2015, 2018, 2019), problematiza as orientações teóricas que fundamentam o pensamento social brasileiro, definindo-o como “culturalismo” conservador (p. 16). Segundo sua análise, tais orientações se reportam a dois autores fundamentais,

Gilberto Freyre (1900 - 1987) e Sérgio Buarque de Holanda (1902 - 1982), cujas interpretações configuram “duas faces da mesma moeda” (p. 15), pois compartilham a referência a um ponto de partida cultural. Se diferenciam, contudo, com relação à apreciação dessa condição originária, positiva para Freyre e negativa para Holanda.

Com relação à concepção de Freyre, evidenciada em *Casa Grande e Senzala* (1993), Souza destaca a referência à “plasticidade” do ethos português, sobre a qual repousaria a singularidade brasileira, caracterizada pela miscigenação e pela democracia racial. (2012, p. 106) Em termos subjetivos, essa plasticidade daria origem ao personalismo brasileiro, caracterizado pela emotividade, calor humano, espontaneidade, sexualidade e reconhecimento das diferenças. Para Souza, uma apreciação positiva da cultura brasileira, que reforça a autoestima e o sentimento de pertencimento, mobilizada politicamente na era Vargas a partir dos anos de 1930. Todavia, uma tese “ideológica”, que se evidenciaria no comportamento “somasoquista” dos agentes sociais, como destacado pelo próprio Freyre. (p. 105) Sádica era a relação do homem branco com a mulher, com os filhos e de modo especial com os escravos; masoquista era a relação dos dominados consigo próprios e com os seus semelhantes, que incorporavam o desejo alheio como se fosse o seu próprio. É este aspecto empírico e descritivo que Souza mobilizará em favor de seu empreendimento crítico.

Com relação à interpretação de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1995), configura uma inversão da tese freyreana, em que o “homem cordial” seria identificado com a cultura pré-moderna, sobre a qual repousaria nossa herança política patrimonialista. Para Souza (2012), trata-se de uma interpretação “pseudocrítica”, inspirada na idealização dos EUA, um “paraíso terrestre” em relação ao qual o Brasil apareceria como oposto negativo. (p. 16-17) Enquanto condição originária fundamental, essa negatividade nos acompanharia como uma espécie de mácula intransponível. Tal interpretação se tornaria hegemônica na inteligência social brasileira subsequente (Faoro, DaMatta, Cardoso) e no senso comum contemporâneo, sendo mobilizada em favor das teses neoliberais dos anos de 1990 e subsequentes como estratégia para desqualificação das políticas de Estado, identificadas com a corrupção e com a defesa de privilégios vinculados à herança patrimonialista.

O propósito de Souza é identificar as bases sociais desse culturalismo, como perspectiva de desnaturalizá-lo e de neutralizar seus efeitos ideológicos. Para tanto, ele se reporta à teoria do reconhecimento de Charles Taylor e à teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu, o primeiro para explicitar e contextualizar a estrutura valorativa subjacente ao pensamento hegemônico da inteligência brasileira, e o segundo para identificar a sutileza prática dos processos de hierarquização e da marginalização social. E, a partir de sua aproximação, compor uma teoria abrangente, capaz de explicar a marginalização social nos países centrais e periféricos do capitalismo tardio, atentando para suas particularidades.

Taylor (1997, 1998), canadense, filiado à tradição neo-hegeliana, formula uma teoria do reconhecimento social, estabelecendo uma articulação entre a estrutura valorativa geral e o expressivismo singular, entre a dignidade e a autenticidade. Identifica a ideologia espontânea, presente na vida cotidiana, na ciência e na filosofia, como uma naturalização do “atomismo” moderno, em que o indivíduo aparece como solto no mundo, descontextualizado e fonte de todo sentido. (p. 27) Essa naturalização seria fruto de uma “gigantesca mudança de consciência” levada a termo na modernidade, resultando na objetivação de uma nova estrutura valorativa que ressignifica a precedente. Para Taylor, as bases da moralidade do Ocidente remontam à Platão, o qual estabelece uma supremacia da razão sobre os desejos, e ao cristianismo agostiniano, que lhe agrega a noção de interioridade e confere uma centralidade à vontade, corruptível, mas sujeita à cura pela graça divina. A mudança moderna diz respeito à fonte da dignidade, que se desloca do ser divino para o ser humano, associada à condição cognitiva universal dos sujeitos, expressa por Descartes e refletida em Locke e

Kant. A partir dessa concepção, o indivíduo passaria a instrumentalizar-se em favor da construção de algo (a vida boa), carecendo de uma fonte última de referência simbólica. Impactada praticamente pelo reformismo religioso, essa concepção converteria o trabalho e a família em fonte de reconhecimento moral. Essa fonte de reconhecimento, contudo, não seria a única, pois seria complementada por uma outra, associada ao expressivismo moderno, que valoriza a originalidade e a criação de si, reportando-se às profundezas da interioridade, ao que Taylor vincula o ideal da autenticidade.

De acordo com Souza, a tese tayloriana e sua luta pelo pluralismo cultural se inscreve num contexto de relativa universalização dos valores impessoais que embasam a cidadania moderna, circunscrita à ideologia da igualdade de oportunidades. Diferentemente deste, Bourdieu (1996, 2017) busca desmascarar essa ideologia, a partir de sua teoria do *Habitus*. Na interpretação de Souza, o *habitus* constitui “um sistema de disposições duráveis inculcadas desde a mais tenra infância que pré-molda possibilidades e impossibilidades, oportunidades, proibições, liberdades e limites de acordo com as condições objetivas.” (p. 45). Tais disposições resultam da incorporação (no sentido de tornar corpo) de elementos posicionais que passam a esquematizar a percepção, o pensamento e a ação. Associam-se, portanto, às trajetórias espaço-temporais dos agentes sociais, esquecidas de sua origem, o que as faz operar de forma pré-reflexiva, emotiva e espontânea. Assim, as práticas dos agentes não se caracterizam como exercício deliberado da vontade racional (universal), nem como simples reflexo ambiental, mas como esquematização da experiência, vinculada ao *habitus*.

De acordo com Bourdieu, a condição posicional do *habitus* lhe confere também uma dimensão de classe, isto é, de classificação no espaço social. Este é concebido a partir da teoria dos capitais, de forma que as posições ocupadas pelos agentes resultam de uma combinação entre o volume e a estrutura de seu capital. No contexto da modernidade, o destaque recai sobre o capital cultural, materializado em títulos escolares reconhecidos na esfera pública, que converte a nobreza de sangue (pré-moderna) em nobreza de estado. Através da teoria dos capitais, Bourdieu estabelece a relação entre posição e disposição, entre a classe social e o *habitus*. Assim, as polarizações entre superior e inferior, mente e corpo, liberdade e necessidade, forma e conteúdo refletem um julgamento de classe, um arbítrio cultural das classes que dominam, definido como violência simbólica. A dicotomia central do racionalismo moderno, estabelecida entre forma e conteúdo, reflete a distinção que se afirma entre o reino da necessidade e o reino da liberdade, entre um *habitus* que converte a necessidade em virtude e prioriza a funcionalidade no ajuizamento e um *habitus* livre da necessidade cujo ajuizamento se volta para as sutilezas estéticas. Intermediariamente, figura o *habitus* pequeno-burguês, associado à boa vontade e caracterizado pelo espírito ascético, que renuncia o presente em favor do futuro. De acordo com o autor, esta condição de ajuizamento se aplica ao conjunto das dimensões da existência, configurando o gosto e traduzindo-se num estilo de vida. Com base na teoria do *habitus*, Bourdieu evidencia que, ao ignorar os efeitos da herança associados à condição de classe dos agentes, a ideologia meritocrática converte os privilégios sociais em mérito pessoal.

Souza reconhece a grandiosidade do empreendimento crítico de Bourdieu. Pondera, contudo, que os elementos que definem a hierarquia valorativa, sobre a qual repousa o reconhecimento social, não constituem um simples arbítrio das classes dominantes, onde o objeto da distinção é plenamente contextual e vinculado aos condicionantes do jogo social. Sua tese é que as categorias valorativas taylorianas configuram a base ideológica do capitalismo tardio, de forma a ordenar a dinâmica social como um todo. O exercício consiste em integrar a estrutura valorativa de Taylor à teoria do *habitus* de Bourdieu, para explicitar distintas configurações de classes e de culturas, em vinculação com as condições socioculturais e psicossociais precedentes.

Para interpretar a particularidade da esquematização refletida na inteligência brasileira, Souza se reporta às condições sociais que estão na sua origem, dialogando com Gilberto Freyre e Florestan Fernandes (1920 - 1995). Com relação ao primeiro, abarca a transição histórica refletida na passagem da *Casa Grande e Senzala* (1996) para *Sobrados e Mucambos* (1977), usando “Freyre contra Freyre”, isto é, mobilizando os dados sociológicos para fins distintos à tese da miscigenação. (p. 102) Com relação ao segundo, mais próximo de sua perspectiva crítica, envolvendo a *Revolução Burguesa no Brasil* (2006) e *A Integração do Negro na Sociedade de Classe* (2008), para demarcar a natureza da marginalidade emergente. A partir dessas análises, Souza destaca a organização da família patriarcal em sua dimensão econômica, política e religiosa, caracterizada pela hierarquização e pela subordinação social, expressa no comportamento sadomasoquista destacado por Freyre, situando-a como base do esquematismo cultural brasileiro. Um segundo aspecto a destacar diz respeito ao processo de modernização, envolvendo as instituições políticas e econômicas (Estado e Mercado), cujo ponto de partida remonta à primeira metade do século XIX, iniciadas com a Independência (em 1822), segundo Fernandes, e um pouco antes, com a vinda da família real (em 1808), de acordo com Freyre. A partir de ambos, Souza avalia o impacto das ideias modernas, destacando, em Freyre, a substituição da cultura portuguesa pela inglesa, já em 1840, quando tudo que era português se converteu “em sinal de mau gosto” (p. 140) e, em Fernandes, a referência à “anterioridade das práticas (institucionais e sociais) em relação às ideias” (p. 130), de forma que o liberalismo figura como uma espécie de “gramática mínima”. (p. 133) Um terceiro aspecto diz respeito à particularidade resultante da modernização, em Freyre, caracterizado pelo surgimento do “elemento médio” associado à miscigenação (p. 141), e, em Fernandes, pela marginalização do “negro liberto” (p. 155), substituído pelo imigrante italiano.

De acordo com Souza, Fernandes destaca que os negros libertos não tinham as credenciais requeridas no novo contexto social competitivo: a “vontade para ocupar funções consideradas degradantes”, a “industriosidade”, a “poupança” e a “ânsia pela riqueza”. (p. 155) Essa inadaptação ao trabalho livre e essa incapacidade de agir segundo o modelo de comportamento competitivo seria decorrente das condições sociais precedentes, traduzido pela ausência da unidade familiar capaz de modelar a personalidade, sempre impedida pela aristocracia escravista, que resultaria na afirmação de um *habitus* precário, claramente manifesto no desejo de “ser gente” por parte dos negros entrevistados por Fernandes e referenciada aos brancos e à sua organização familiar. Souza a identifica o “ser gente”, manifesto nas entrevistas, com a estrutura valorativa moderna, caracterizada pela “ordem, disciplina, previsibilidade e raciocínio prospectivo”. (p. 162) A partir desta aproximação, o “*habitus* precário” passa a refletir uma condição de carência psicossocial, associada às posições subordinadas na estrutura social. Com base no exposto, sustenta que, no contexto do capitalismo tardio, o elemento determinante da marginalidade não reside na cor (como na dominação patriarcal), mas nas disposições do *habitus*, que extrapolam à categoria social dos negros. Não se trata de um problema de preconceito a ser removido para que as relações de dominação sejam superadas, mas de uma condição estrutural, vinculada à generalização da economia emocional burguesa. Afirmar que a cor não configura o elemento determinante da marginalidade moderna, todavia, não significa afirmar que este não pese nas relações sociais, sobretudo, enquanto capital social, articulado com os demais capitais, nos termos de Bourdieu.

Avançando nessa tese, Souza identifica o modelo de homem e a estrutura valorativa tayloriana como uma espécie de linha divisória que demarca as possibilidades de reconhecimento social, aquém da qual ele situa a marginalidade e para além da qual credita a busca da distinção e/ou da autenticidade. Resultam assim três classificações que estruturam o esquematismo dos agentes: o *habitus* primário, o *habitus* secundário e o *habitus* precário. Essas classificações abarcam os processos de hierarquização e marginalização aplicáveis aos

países centrais e periféricos, o que possibilita conferir-lhe uma perspectiva crítica abrangente.

Com relação ao “*habitus* primário”, caracteriza-se pela incorporação de estrutura valorativa moderna, configurando esquemas avaliativos compartilhados, intransparentes e opacos, que operam como se fossem efeito de princípios universais e neutros, abertos à competição meritocrática. (p. 175) Sobre esta condição fundamental ergue-se o “*habitus* secundário”, de diferenciação, caracterizando a expressividade e a autenticidade postuladas por Taylor e/ou da distinção e estilização de Bourdieu. (p. 172-73) Finalmente, o “*habitus* precário”, configurado pela carência das condições cognitivas e morais requeridas de um indivíduo ou grupo social para ser útil e produtivo em uma sociedade do tipo moderna. (p. 168) Enquanto expressão da estrutura valorativa generalizada, portanto, o “*habitus* primário” se torna referência de ajuizamento social, inclusive dos marginalizados.

O que particulariza as sociedades periféricas, como a brasileira, é a existência de uma “*ralé* estrutural”, configurada por um *habitus* precário. (p. 177) A ideologia espontânea faz com que os integrantes da “*ralé*”, situados numa linha tênue, que distingue entre a dignidade moral mínima e a entrada na criminalidade e na vagabundagem, reforcem a sua identificação com os valores dominantes, apartando-se e responsabilizando aos que não atendem ao mínimo estabelecido. Tais condicionantes estariam na origem dos novos empreendimentos religiosos (neopentecostais, em particular), que mobilizam as categorias do “*self* pontual” - associadas à ordem, disciplina, cálculo prospectivo e vontade responsável - em favor da prosperidade, associando o sucesso e o fracasso ao mérito e/ou demérito pessoal. Também são mobilizados politicamente em favor da supressão dos direitos básicos da cidadania, num contexto em que as condições de dignidade, definidas pelo acesso à saúde, alimentação e educação, não estão assegurados.

Concluindo, podemos observar que, no contexto das sociedades capitalistas periféricas, como a brasileira, a generalização da estrutura valorativa impessoal moderna resulta em novas formas de hierarquização e de desclassificação social, que exhibe o bem viver como expressão do mérito pessoal e condena cognitivamente e moralmente aos imprestáveis. Assim, longe de configurar o reconhecimento da dignidade universal, como pressuposto em Taylor e desmascarado por Bourdieu, a generalização das categorias impessoais resulta num “reconhecimento negativo” dos agentes sociais, nos âmbitos da moralidade, da política e da educação. A abordagem de Souza aponta para a importância e para a necessidade do resgate da dimensão histórica e crítica para a construção de relações democráticas, em contraposição à ideologia espontânea do senso comum, que reforça e naturaliza a marginalização social. Em nosso entendimento, este resgate configura também o desafio central para uma educação com propósitos emancipatórios no contexto histórico atual.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2017.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*. São Paulo: Globo, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Círculo do Livro, 1993.

_____. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: José Olympio, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Cia. De Letras, 1995.

SOUZA, *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

_____. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

_____. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

_____. *A ralé Brasileira: quem é e como vive*. 3.ed. São Paulo: Contracorrente, 2018.

_____. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo*. São Paulo: Instituto Piaget, 1998.

_____. *As fontes do "Self": A construção da identidade Moderna*. São Paulo: Loyola, 1997.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia Das Letras 2007.

Palavras-chave: Capitalismo Tardio. Jessé Souza. Sociologia da Educação. Sociedades Periféricas. Educação Democrática.